

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1. Fornecimento de materiais, equipamentos e execução detalhada na obra de Instalação da bomba submersa e tubulação de recalque do Poço VI que irá se interligar ao sistema de bombeamento existente, situado no Centro de Artes e Convenções da UFOP / Ouro Preto. Este sistema irá integrar ao sistema existente para complementar a demanda atual. Deve-se levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº 4.150, de 1962.

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	TOTAL
1	1	UN	Contratação de empresa especializada para execução de serviços e instalação de estrutura de Bomba Submersa e Tubulação de Recalque, incluindo o fornecimento de materiais e equipamentos necessários no novo poço artesiano localizado no Centro	R\$ 194.128,09
TOTAL				R\$ 194.128,09
CENTO E NOVENTA E QUATRO MIL, CENTO E VINTE OITO REAIS E NOVE CENTAVOS.				

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de obra não comum de engenharia.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no anexo do Projeto Básico.

1.4. O contrato terá duração de 75 dias (setenta e cinco dias) corridos, a partir da assinatura do contrato, sendo que o prazo de execução da obra será de 45 dias (quarenta e cinco dias), possibilitando assim, que eventuais conferências e ações necessárias por parte da Universidade, após a entrega final da obra, sejam realizados dentro do prazo contratual.

1.5. O regime de execução do contrato será o de Preço Unitário já que o valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares, anexo deste Projeto Básico.

A) Necessidade da contratação do serviço;

O abastecimento de água do Campus Morro do Cruzeiro da Universidade Federal de Ouro Preto é realizado pela captação própria através de dois poços artesianos, localizados no Centro de Artes e Convenções de Ouro Preto, à Rua Diogo de Vasconcelos nº 328, Pilar, Ouro Preto, MG.

O sistema atual consiste em bombear a água desses poços para um reservatório, cuja capacidade é 300,0 m³ e encontra-se situado na Rua Pacífico Homem no Centro Histórico. À partir desse reservatório ocorre um segundo sistema de bombeamento para o Campus Morro do Cruzeiro.

O poço perfurado em 2007 denominado Poço V, vem apresentando sérios problemas no sistema de filtros e na própria bomba submersa tendo como consequência uma queda considerável da vazão. A vazão do Poço V é de 11m³/h, já o poço mais antigo, denominado Poço II, atualmente vem apresentando uma vazão média de 6m³/h. A vazão total fornecida é de 17m³/h, valor este que não atende à demanda atual do Campus do Morro do Cruzeiro de 20m³/h. O abastecimento no Campus está sendo realizado com os dois poços

existentes operando em regime quase ininterrupto, até mesmo aos finais de semana, com o propósito de abastecimento dos reservatórios dos prédios.

O Campus não possui abastecimento disponibilizado pelo Município de Ouro Preto, na ocorrência de uma pane no sistema de captação ou em uma possível manutenção preventiva, o abastecimento ficará reservado por um tempo limitado, o que comprometerá todas as atividades acadêmicas e administrativas da instituição.

Recentemente o sistema de bombeamento sofreu uma avaria na bomba do Poço V, causando uma interrupção temporária do abastecimento. A substituição da bomba foi realizada por uma empresa especializada, no entanto o equilíbrio entre o consumo, a reserva e o abastecimento, se deu somente após uma semana.

Considerando a situação vulnerável de abastecimento de água do Campus, é imprescindível a execução de mais um poço com toda a estrutura complementar de bomba e equipamentos.

B) Especificações técnicas do serviço

A empresa contratada para a execução da obra deverá seguir todas as especificações técnicas constantes nos projetos, de acordo com cada área ou disciplina.

Deverão ser utilizados produtos e equipamentos tendo como referência os projetos executivos, e/ou caderno de especificações com o mesmo padrão de qualidade e com equivalência técnica comprovada de acordo com o Decreto n. 7.746/12. O caderno de especificações encontra-se anexo a este Projeto.

C) Quantitativo de serviço

Conforme orientação da SESu/MEC, a planilha orçamentária de referência foi desenvolvida em estrita observação com os projetos de engenharia em termos de quantitativos e das características dos serviços propostos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Contratação de empresa para fornecimento e instalação de bomba submersa, tubulação de recalque para poço artesiano tubular profundo revestido, acionamento elétrico com Quadro Soft-starter e demais equipamentos necessários, destinado à captação complementar de água potável para abastecimento do Campus do Morro do Cruzeiro em Ouro Preto.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço não comum de engenharia/obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Convite tendo em vista o valor estimado nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993

4.2. Como determina o Art.6º do Decreto Nº 5.450, transcrito abaixo, o qual regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, o pregão eletrônico não se aplica à Obras de Engenharia.

“Art. 6º A licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, não se aplica às contratações de obras de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral.”

Tendo em vista as diversas leis que tratam da disciplina, pode-se afirmar que são atividades de engenharia aquelas executadas pelos seguintes profissionais: Engenheiros Agrônomos e Engenheiros Civis (Lei n. 5.194/66), Engenheiros Industriais, Engenheiros Mecânico Eletricistas, Engenheiros Eletricistas, Engenheiros de Minas, Engenheiros Geógrafos ou Geógrafos (Lei n. 6.664/79), Agrimensores, Engenheiros Geólogos ou Geólogos (Lei n. 4.076/62), Meteorologistas, Arquitetos e Urbanistas (Lei n. 12.378/2010).

Não é o simples fato da presença de algum dos profissionais acima mencionados que qualifica a obra ou o serviço como de engenharia. Pelo contrário, a presença constante e significativa desses profissionais, especialmente do ponto de vista do gerenciamento e da complexidade operacional, é fato imprescindível à classificação do

empreendimento que depende mais dos termos fixados no objeto do contrato do que da denominação que venha a ser utilizada.

Embora o conceito de obra não tenha contornos bem definidos no direito e seja definido por lei de forma exemplificativa (art. 6º, I – Lei 8.666/93), pode-se dizer que obra é toda e qualquer criação material nova ou incorporação de coisa nova à estrutura já existente.

“Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;”

Devido a necessidade de coordenação por um profissional especializado, onde a sequência de execução dos serviços bem como a cronologia de aquisição de materiais e contratação de serviços certamente influenciará o resultado final da obra e ainda a necessidade de conhecimento técnico de todos os serviços previstos em projeto para que sua execução seja realizada de acordo com as normas e preceitos da boa técnica, não podemos caracterizar o objeto como “serviço comum de engenharia”, impossibilitando sua contratação por pregão.

Entre as modalidades licitatórias definidas na Lei 8.666/93, cujos valores dos limites foram alterados pelo Decreto Nº 9.412 de 2018, optou-se pelo Convite como o processo a ser utilizado devido ao valor de referência estar abaixo do limite de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais).

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 , ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

- a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);
- b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e
- c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

- 4.3.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.4.** A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1.** Contratação de empresa para execução do serviço de fornecimento e instalação de bomba submersa e tubulação de recalque do novo Poço Artesiano Tubular Profundo, bem como os materiais necessários para a realização dos procedimentos, atendendo ao disposto na Lei 8.666/93 – Art. 07 e seus Anexos.

A visita técnica tem como objetivo principal, propiciar ao licitante a oportunidade de sanar quaisquer dúvidas relativas à prestação dos serviços referentes ao objeto, entretanto a realização da mesma será facultativa.

A data de realização da visita será agendada de acordo com as definições do edital.

A proponente deverá apresentar, como condição técnica para a participação no processo licitatório:

- ✓ Declaração da Licitante informando ter conhecimento de todas as informações necessárias para a elaboração da proposta comercial e das condições locais para a execução dos serviços, como também das obrigações inerentes ao objeto licitado;
- ✓ Registro junto ao CREA da empresa licitante e do(s) profissional(is) técnico(s) responsável(veis), indicado(s) para execução do objeto licitado juntamente com prova atualizada de regularidade com o CREA (empresa e profissional), através de certidão ou outro documento expedido pelo Órgão. As certidões das empresas que contenham o nome do profissional e estejam regulares satisfazem à solicitação;
- ✓ Comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto licitado, que deverá ser feita através de provas de o licitante possuir em seu quadro permanente, na data prevista para qualificação técnica, profissional na área de engenharia, detentor de certidão(ões) emitidas pelo CREA por execução de obra ou serviço de características compatíveis e semelhantes à licitada, nas áreas de maior relevância;
- ✓ As áreas de maior relevância, neste caso são: Instalação de Bomba Submersa e

Instalações Hidráulicas;

- ✓ Declaração, firmada pela Licitante, na qual indicará o Engenheiro Responsável Técnico pela execução do objeto e o Engenheiro Eletricista Responsável Técnico pelas instalações elétricas e comando elétrico da bomba, devidamente registrados no CREA.
- ✓ A prova de pertencer ao quadro permanente será através de cópia de anotações em carteira de trabalho, contrato de trabalho (CLT), Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme Lei nº 6496/77 ou, se sócio/proprietário da empresa, cópia do contrato social;
- ✓ A ART, citada acima, deverá ser impreterivelmente apresentada e conter o período do contrato (data de início/término). Se na ART apresentada não contiver o período do contrato, deverá ser apresentada, também, a certidão de Registro e Quitação Pessoa Jurídica fornecida pelo CREA, constando o nome do profissional na condição de responsável técnico;
- ✓ A aptidão será ainda comprovada através de atestado(s) na área de requisitada, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo CREA da região onde tenha sido executado serviço, guardando correspondência com as certidões do CREA, apresentado(s).

5.1.1. Do Escopo dos Serviços

Foram elencados os seguintes tipos de serviços à serem desenvolvidos, conforme os projetos desenvolvidos pela Universidade que integram o presente documento: Projeto executivo Hidráulico e Projeto executivo Elétrico. Tais projetos tem a finalidade de definir precisamente as ações necessárias para a instalação de estrutura de Bomba Submersa ,Tubulação de Recalque e demais equipamentos.

5.1.2. Critérios e práticas de sustentabilidade

Preservar o meio ambiente e ainda garantir o desenvolvimento: este é o objetivo de todas as ações que garantam a sustentabilidade ambiental. Consiste na manutenção das funções e componentes do ecossistema, de modo sustentável, buscando a aquisição de medidas que sejam realistas para os setores das atividades humanas. A ideia é

conseguir o desenvolvimento em todos os campos, sem que, para isso, seja necessário agredir o meio ambiente.

Nessa linha, a Sustentabilidade Ambiental é a capacidade de manter o ambiente natural viável à manutenção das condições de vida para as pessoas e para as outras espécies. Isso garante, ainda, a qualidade de vida para o homem, tendo em conta a habitabilidade, a beleza do ambiente e sua função como fonte de energias renováveis. A adoção das medidas que deem sustentação ambiental garante, em médio e longo prazo, um planeta em boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana, garantindo a manutenção dos recursos naturais (florestas, matas, rios, lagos, oceanos) necessários para a qualidade de vida das próximas gerações.

Obras da construção civil geram impactos em diversos elementos da natureza, desde interferências no solo, ar, água, fauna e flora até influências na vizinhança do terreno. Além disso, há a questão da destinação dos resíduos que, quando gerenciados da forma incorreta, acabam sendo descartados em locais inapropriados.

Para se minimizar tais impactos deve-se buscar a construção sustentável que é um conceito que denomina um conjunto de medidas adotadas durante todas as etapas da obra que visam a sustentabilidade da edificação. Através da adoção dessas medidas é possível minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente além de promover a economia dos recursos naturais e a melhoria na qualidade de vida dos seus ocupantes.

Uma obra sustentável leva em consideração todo o projeto da obra desde a sua pré construção onde devem ser analisados o ciclo de vida do empreendimento e dos materiais que serão usados, passando por cuidados com a geração de resíduos e minimização do uso de matérias-primas com reaproveitamento de materiais durante a execução da obra até o tempo de vida útil da obra e a sustentabilidade da sua manutenção. A fim de garantir que tais ações sejam

efetivamente realizadas pela empresa contratada, será exigido, logo no início da obra, que a empreiteira apresente um plano de manejo de resíduos e de ações de sustentabilidade que deverá ser aprovado pela equipe de fiscalização e suas ações serem registradas periodicamente no diário de obras.

5.1.3. Da duração do contrato

O contrato terá duração de 75 dias (setenta e cinco dias) corridos, a partir da assinatura do contrato, sendo que o prazo de execução da obra será de 45 dias (quarenta e cinco dias), possibilitando assim, que eventuais conferências e ações necessárias por parte da Universidade, após a entrega final da obra, sejam realizados dentro do prazo contratual.

5.1.4. Da transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas

Não aplicável ao presente objeto.

5.1.5. Das soluções de mercado e fornecedores

Os projetos foram desenvolvidos utilizando as normas vigentes e os preceitos adotados pela Universidade para a padronização de suas instalações visando facilitar ações futuras de manutenção, portanto os materiais empregados na obra deverão seguir na íntegra as especificações indicadas nos documentos que compõem o projeto executivo.

Devido a impossibilidade de determinação de marcas, as especificações se aтем apenas aos aspectos técnicos dos materiais. Marcas são apontadas como referência para padrões mínimos de qualidade, necessários para plena execução do serviço.

Sobre as empresas que poderão executar a obra, ficam definidas que deverão ser especializadas no ramo da construção civil, em conformidade com a situação trabalhista e fiscal, e com

experiência comprovada nas áreas de maior relevância conforme definido no tópico 5 deste projeto.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Projeto Básico.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim,

6.2. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato entre as partes.

7.2. O cronograma de realização dos serviços, incluindo todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos encontram -se anexas a esta documento : Cronograma Físico Financeiro.

8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidos na documentação que compõe o Projeto Executivo.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;

9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

- 9.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 9.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.7.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.8.1. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.9.** Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1.** Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- 10.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº

8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 10.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 10.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 10.8.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.9.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

-
- 10.10.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.11.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.12.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 10.13.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 10.14.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.15.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 10.16.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.17.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.18.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a

contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

- 10.19.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.20.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 10.21.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 10.22.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 10.23.** Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 10.24.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 10.25.** Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 10.26.** Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

- 10.27.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 10.28.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 10.29.** Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 10.30.** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 10.31.** Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 10.32.** Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 10.33.** Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 10.33.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de

Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

10.33.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- a) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- b) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- c) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- d) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.33.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em

conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

10.34. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

11.34.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

11.34.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

11.34.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

10.35. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

10.36. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem

aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

10.37. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

10.38. No caso de execução de obra:

10.38.1. Cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;

10.38.2. Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

10.38.3. Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

-
- 10.38.4. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 10.38.5. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;
- 10.38.6. Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;
- 10.38.7. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 10.38.8. Subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.
- 10.38.9. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de Novembro de 2018.

11.DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1.** A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.
- 11.2.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 13.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993
- 13.2.** O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 13.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

- 13.4.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.5.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 13.6.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.7.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.8.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 13.9.** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

- 13.10.** O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 13.11.** Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 13.12.** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 13.13.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 13.14.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 13.15.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 13.16.** No caso de obras, cumpre, ainda, à fiscalização:
- 13.16.1. solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:
- a) ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

- b) à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
- c) à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- d) aos depósitos do FGTS; e
- e) ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

13.16.2. solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;

13.16.3. oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

13.16.4. somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.

13.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

14.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.2. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.2.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

14.2.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

14.3. O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas, e somente depois de solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento aos operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

14.3.1 Na hipótese de a verificação a que se refere este subitem não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

14.3.2 O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do atesto do gestor do contrato acerca da execução dos serviços previstos em cada etapa, uma após trinta dias e outra após o final da execução dos serviços.

15.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

15.4. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:

- Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará à fiscalização contratual a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

- Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade e devidamente atestados pelo gestor do contrato.

- Juntamente com a primeira medição de serviços, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social, conforme o caso.

16. REAJUSTE

16.1. O valor consignado neste Termo de Contrato é fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Custos da Construção - INCC ou outro que vier a substituí-lo

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;

17.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.2.2. multa moratória por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

a) em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa por dia de atraso,

b) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.2.3. multa compensatória no caso de inexecução total do objeto;

a) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

- 17.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 17.2.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;
- 17.3.** A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.
- 17.4.** A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.
- 17.5.** Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 17.5.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 17.5.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 17.5.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 17.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 17.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

- 17.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 17.9.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 17.10.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 17.11.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 18.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 18.2.** Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 18.3.** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão especificados no item
- 18.4.** Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 18.4.1. Valor Global: **R\$ 194.128,09 (cento e noventa e quatro mil, cento e vinte e oito reais e nove centavo)**
- 18.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.
- 18.4.3. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo

se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

18.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

18.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

19.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

19.2. Tal valor foi obtido conforme orientação da SESu/MEC, a planilha orçamentária de referência foi desenvolvida em estrita observação com os projetos de arquitetura e engenharia em termos de quantitativos, utilizando para composição dos custos unitários, quando cabível, os indicadores do SINAPI (www.caixa.gov.br).

19.3. As exceções são justificadas por situações não previstas no SINAPI. Neste caso, a composição do custo unitário, em cada caso, é efetuada utilizando dois ou mais itens constantes nos indicadores do SINAPI, ou utilizando as tabelas da Secretaria de Transporte e Obras públicas de Minas Gerais – SETOP ou através de cotações no mercado, conforme Relatório Justificativo Circunstancial anexado ao Processo em CD-ROM.

19.4. A planilha orçamentária que deverá ser utilizada como planilha de referência para o processo de licitação, se encontra anexa a este. O custo global para esta obra, objeto deste Projeto, é de R\$194.128,09 (Cento e noventa e quatro mil, cento e vinte oito reais e nove centavos).

20. BDI

A elaboração de orçamentos de obras e serviços de engenharia envolve dois componentes que formam o preço final da obra: Custos Diretos e o BDI – Benefícios ou Bonificações e Despesas Indiretas, havendo uma relação entre esses dois componentes, já que o percentual de BDI incide sobre o valor dos custos diretos.

Seguindo as orientações do TCU (Acórdão Nº 2622/2013 Plenário), que apresenta como proposta de encaminhamento a premissa acerca da aplicação do BDI, de que seja aplicado um percentual reduzido para equipamentos em relação ao percentual adotado para o empreendimento, pois não é adequada a utilização do mesmo BDI de obras civis para a compra de bens. Seguindo a analogia para a aplicação desse percentual reduzido para equipamento, será apresentado o BDI distinto para materiais que possuam custo expressivo que historicamente são objetos de compra direta pela contratada.

20.1. BDI para custos diretos

20.3.1. Despesas Financeiras (DF)

São os gastos relacionados com custo de capital decorrente da necessidade de financiamento exigida pelo fluxo de caixa. De acordo com Acórdão 2369/2011, as Despesas Financeiras podem ser calculadas com a seguinte fórmula:

$$DF = (1+i)^{DU/252}$$

Sendo que:

i=taxa anualizada Selic. Atualmente o valor é de 6,37%

DU= média de dias úteis entre os desembolsos para aquisição dos insumos necessários a execução da obra e o pagamento dos serviços executados. Adotou-se o valor de 90 dias.

Assim, tem-se:

$$DF = (1+0,063)^{90/252}$$

$$DF = (1,063)^{0,35}$$

$$DF = 1,022$$

20.3.2. Administração Central (AC)

- a) Para determinação dos custos com administração central, adota-se valores médios, considerando que cada empresa tem sua estrutura administrativa com custos específicos. É necessário que o índice seja suficiente para cobrir a estrutura necessária para execução dos serviços.

b) A administração central pode ser calculada pela seguinte fórmula:

$$AC=(DMAC*FMO*N)/(FMAC*CDTO)$$

Sendo que:

DMAC= Despesa mensal da administração central

FMO= Faturamento mensal da obra

N=Prazo da obra em meses

FMAC=Faturamento mensal da Administração Central

CDTO= Custo direto total da obra

No caso, o valor é arbitrado com base nas margens estabelecidas pelos Acordãos 325/2007 e 2.369/2011, considerando que os valores apontados em fórmula variam de acordo com as empresas e as obras

Assim, adotou-se AC=5,00%

20.3.3. ISS

- a) O ISS - Imposto Sobre Serviços, possui o valor mínimo de 2% conforme estabelecido pela emenda 37/2002, artigo 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Possui o valor máximo de 5% conforme art.8º, II, da LC nº 116/2003. Cada município goza de autonomia para indicar o valor.
- b) No Município de Ouro Preto, a Lei Complementar nº 172, de 29 setembro de 2017 dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.
- c) O ISS não deve incluir materiais, uma vez que isto teria como consequência bitributação pelo ICMS e depois pelo ISS. O texto da Lei Complementar 116/2003 não prevê a dedução de materiais utilizados na atividade, excetuando aqueles produzidos pelo executor. O STF em decisão posterior aceita a dedução dos materiais em julgamento datado de 2010. Em Ouro Preto, a questão é abordada no artigo 16 da Lei Complementar Municipal nº. 172/2017:

- d) As empresas prestadoras de serviços de execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obra de construção civil, hidráulica ou elétrica e congêneres, inclusive drenagem e irrigação, pavimentação, concretagem, instalação e montagem de produto, peça e equipamento, bem como reparação, conservação e reforma de edifício, estrada, ponte, porto e congêneres, na hipótese de haver aplicação efetiva de materiais que se integrem permanentemente à obra, poderão deduzi-los da base de cálculo do ISSQN, a título de materiais aplicados, em até 40% sem comprovação prévia ou, acima disto, mediante comprovação nos termos de regulamento. Portanto, considera-se o valor de 40% a ser deduzido do valor do serviço, representado os materiais utilizados na obra e, portanto, os 60% restantes representam a mão de obra, parcela na qual o ISS incide.

Assim, tem-se:

$$0,6 \times 0,05 = 0,03$$

$$\text{ISS} = 3\%$$

20.3.4. PIS e COFINS

- a) São valores de recolhimento obrigatório com fins de financiamento de despesas das áreas de saúde, previdência e assistência social. As alíquotas em vigor possuem os seguintes valores: PIS= 3% e COFINS= 0,65%
- b) A obrigatoriedade é definida pela Lei Complementar 7 de 7 de setembro de 1970 e pela Lei Complementar 70 de 30 de dezembro de 1991.

20.3.5. Seguros, garantia e riscos (R)

- a) Seguros e Garantia

Valor para possibilitar que a empresa se resguarde de acidentes. Quando julgar pertinente, a Administração Pública pode exigir. Para adoção de valor, é necessário

avaliar o ônus que poderá recair sobre a empresa para execução dos serviços. Para este índice, o valor arbitrado é de 1,10%.

b) Riscos (Incertezas e Contingências)

- Este índice cobre eventuais incertezas por omissão de serviços, quantitativos irrealistas ou insuficientes, projetos mal feitos ou indefinidos, especificações deficientes e etc., conforme definido pelo Instituto de Engenharia.
- O índice abarca ocorrências não previstas com as quais o contratado deverá arcar. Sua definição se baseia na análise global de riscos do empreendimento, e esta relacionado à modalidade licitatória na qual a obra será contratada.
- O valor arbitrado para este índice é de 1,10%. Assim, tem-se:

$$R=1,10\%+1,10\%=2,20\%$$

20.3.6. Lucro

- a) O Acórdão TCU 2369/2011 estabelece margens de lucro considerando que o percentual varia inversamente ao valor da obra. Adotou-se o valor de 7,64%.

20.2. BDI para materiais equipamentos

20.2.1. Despesas Financeiras (DF)

- a) Da mesma maneira que o índice calculado para o BDI de custos diretos, as Despesas Financeiras podem ser calculadas com a seguinte fórmula:

$$DF= (1+i) DU/252$$

Sendo que:

i=taxa anualizada Selic. Atualmente o valor é de 6,37%

DU= média de dias úteis entre os desembolsos para aquisição do insumo e o pagamento dos serviços executados. Adotou-se o

valor de 60 dias, considerando que a empresa não executará o serviço

Assim, tem-se:

$$DF=(1+0,063)60/252$$

$$DF=(1,063)0,24$$

$$DF=1,014$$

20.2.2. Administração Central (AC)

- b) Entende-se que, como a executora não é responsável pela execução do serviço, o custo com administração central é menor em relação ao índice para custos diretos.
- c) O valor também é arbitrado com base nas margens estabelecidas pelos Acórdãos 325/2007 e 2.369/2011. Assim, adotou-se AC=3,00%

20.2.3. ISS

Não se aplica, considerando que incide sobre serviços executados pela empresa, o que não é o caso. Assim, tem-se ISS=0.

20.2.4. PIS e COFINS

As alíquotas em vigor possuem os seguintes valores: PIS= 3% e COFINS= 0,65%.

20.2.5. Seguros, garantia e riscos (R)

Considerando que a empresa contratada não é responsável pela execução destes serviços, os custos com seguro, garantias e riscos são menores em relação aos valores para custos diretos.

Assim, arbitrou-se para R o valor de 1,85%

20.2.6. Lucro

O Acórdão TCU 2369/2011 estabelece margens de lucro considerando que o percentual varia inversamente ao valor da obra.

Adotou-se o valor de 6,20%.

20.3. Cálculo do BDI

Índices	Valores percentuais (%)	
	Custos Diretos	Materiais e Equipamentos
Administração Central	5,00	3,00
PIS	0,65	0,65
COFINS	3,00	3,00
ISS	3,00	N/A
Despesas Financeiras	1,02	1,01
Bonificação (Lucro)	7,64	6,20
Seguros, Riscos e Garantia	2,20	1,85

Embora existam diversas fórmulas, a adotada se baseia no Acórdão 2369/2011:

$$BDI = \left\{ \left[\frac{(1 + AC) \times (1 + DF) \times (1 + R) \times (1 + L)}{1 - ISS - COFINS - PIS} \right] - 1 \right\} \times 100$$

Onde:

AC = Taxa de Administração Central;

DF = Taxa Referente às Despesas Financeiras (Taxa SELIC);

PIS = Contribuição para Programas de Integração Social;

COFINS = Contribuição para Financiamento da Seguridade Social;

ISS = Imposto para Serviços de Qualquer Natureza;

L = Bonificação (Lucro);

R = Seguro, Riscos e Garantia.

Assim, tem-se:

Composição BDI para Custos Diretos

$$BDI = \{ [(1 + 0,05) \times (1 + 0,0102) \times (1 + 0,022) \times (1 + 0,0764) / (1 - 0,03 - 0,03 - 0,0065)] - 1 \}$$

$$\times 100 = 25,00\%$$

Composição do BDI para Materiais de valor expressivo e Equipamentos

$$BDI = \{ [(1+0,03) * (1+0,0101) * (1+0,0185) * (1+0,0620) / (1-0,03-0,0065)] - 1 \} * 100$$

= 16,80%

Portanto, conclui-se:

	Custos Diretos	Materiais e Equipamentos
BDI	25,00%	16,80%

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recurso específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada

Gestão/Unidade: 15263/154046,

Programa de Trabalho: 2080

PTRES:

Ação do Gov: 20RK

Fonte: 8250262770

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00

21.2. Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

22. ANEXOS

Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes **Anexos**:

- Anexo I – Estudo Preliminar
- Anexo II -Projeto executivo de instalações elétricas
- Anexo III -Projeto executivo de instalações hidráulicas
- Anexo IV – Caderno de Especificações Técnicas;
- Anexo V – Planilha de Referência de Preços

- Anexo VI - Planilha de Formação de Preços
- Anexo VII - Tabelas dos sistemas de preços utilizados (SINAPI e SETOP)
- Anexo VIII - Cotações de mercado
- Anexo IX - Pesquisa de Mercado e Relatório Circunstanciado
- Anexo X - Cronograma físico-financeiro
- Anexo XI - Documentos referentes à responsabilidade técnica (ART/RRT referentes à totalidade das peças técnicas produzidas por profissional habilitado, consoante previsão do art. 10 do Decreto n. 7983/2013).

Ouro Preto, 30 de setembro de 2019.

Prof. Dra. Sandra Maria Antunes Nogueira
Prefeita do Campus Universitário da UFOP

Arq. Edmundo Dantas Gonçalves
Prefeito Adjunto do Campus Universitário
da UFOP

De acordo:

Prof. Dra. Cláudia Aparecida Marlière de Lima
Reitora da Universidade Federal de Ouro Preto